

## Hospitais universitários federais – entre a autonomia universitária e a perspectiva gerencialista

Federal university hospitals - between university autonomy and the management perspective

Hospitales universitarios federales - entre la autonomía universitaria y la perspectiva de gestión

Marcio Nolasco Leite  
Universidade Federal Grande Dourados  
[marcioleite@ufgd.edu.br](mailto:marcioleite@ufgd.edu.br)

Adáuto de Oliveira Souza  
Universidade Federal Grande Dourados  
[adautosouza@ufgd.edu.br](mailto:adautosouza@ufgd.edu.br)

### Resumo

Este artigo traz para o debate uma reflexão “em espiral” sobre a relação do Estado com as Políticas Públicas, nesse *metiê*, a visão de um ritmo linear deve ser superada, para que partindo das articulações escalares compreenda-se, como o fizemos, com o fenômeno geográfico - a ação concreta do governo brasileiro, denominada Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – (REHUF), o surgimento de uma proposta neoliberal de cunho gerencial/administrativa, em tese, única “solução” para a crise desses nosocômios, e dessa forma, percebe-se como a gestão desses espaços públicos sofreu influência do Estado para implementar um tipo de Política Social. As literaturas sociológica e geográfica permeiam o artigo, formando arcabouço teórico para o pensamento em espiral. É exposto a correlação do REHUF com o Neoliberalismo e um novo olhar lançado.

**Palavras Chaves:** Política Social, Estado Neoliberal, Hospitais Universitários Federais, Espiral.

### Abstract

This article brings to the debate a "spiral" reflection on the relation of the State to Public Policies, in this *metiê*, the vision of a linear rhythm must be overcome, so that starting from the scalar articulations we understand, as we have done, with (REHUF), the emergence of a neoliberal managerial / administrative proposal, in thesis, the only "solution" to the crisis of these nosocomials, the geographic phenomenon - the concrete action of the Brazilian government, denominated National Program for Restructuring of Federal University Hospitals - and in this way, one can see how the management of these public spaces has suffered the influence of the State to implement a type of Social Policy. Sociological and geographic literature permeate the article, forming a theoretical framework for spiral thinking. It is exposed the correlation of REHUF with Neoliberalism and a new look launched.

**Key Words:** Social Policy, Neoliberal State, Federal University Hospitals, Spiral.

### Resumen

Este artículo trae al debate una reflexión “espiral” sobre la relación entre el Estado y las Políticas Públicas, de esta manera, se debe superar la visión de un ritmo lineal, para que, a partir de articulaciones escalares, se entienda, como lo hicimos, con el fenómeno geográfico - la acción concreta del gobierno brasileño, denominada Programa Nacional de Reestructuración de los

Hospitales Universitarios Federales – (REHUF), el surgimiento de una propuesta neoliberal de carácter gerencial/administrativo, en teoría, la única “solución ” a la crisis en estos hospitales, y de esta manera, podemos ver cómo la gestión de estos espacios públicos fue influenciada por el Estado para implementar un tipo de Política Social. La literatura sociológica y geográfica impregna el artículo, formando un marco teórico para el pensamiento en espiral. Se expone la correlación entre REHUF y neoliberalismo y se lanza una nueva perspectiva.

**Palabras clave:** Política Social, Estado Neoliberal, Hospitales Universitarios Federales, Espiral.

## Introdução

O presente artigo objetiva criar uma linha de raciocínio, que nos possibilite a sua utilização nos fundamentos a compor parte da base de nossa dissertação, e/ou mesmo constituir elementos de conexões, ora possíveis, de serem estabelecidas, assim, parte-se do pressuposto de tratamento do *espaço geográfico* como um em “*espiral*” e não um de ritmo “linear”, posto dessa maneira, é portanto este, um convergente com a relação de articulação existente entre o *Estado* e as *Políticas Públicas*. As literaturas sociológica e geográfica nos permitem navegar nesta constatação e alguns elementos desse debate aqui intentado serão apresentados.

O espaço geográfico, na perspectiva de Milton Santos (2006), é considerado um conjunto indissociável de ações e objetos. Nessa linha de pensamento e pressupondo tal conjunção de espaço constituído na imbricação ação/objeto, ou nessa *metamorfose do espaço habitado*, um ator importante se faz presente, o Estado.

No seio do Estado ocorre o - “encontro/desencontro” - de classes e frações de classes na disputa por poder, e por consequência isso causa interferência no direcionamento das ações estatais. Nesse trabalho não discutiremos a concepção de Estado, todavia, partimos da formulada pelo neomarxista Nicos Poulantzas<sup>1</sup> de que o Estado não é neutro. Cumpre-nos ainda destacar, no tocante a essa concepção que a “ossatura material”, tende a representar os interesses das classes dominantes, que se utilizam da “maioria popular” para ganhar legitimidade e continuar hegemônica na essência da dinâmica “sócio-espacial<sup>2</sup>”. Outrossim, é observável que para ganhar legitimidade a classe dominante, em algumas ocasiões, necessita ceder.

Nesse sentido, de espaço *híbrido e metamorfoseado* é que ocorre a ação intitulada - **“Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF”** – política implantada no campo das ações estatais na área da Saúde que precisa de nossa reflexão –

---

<sup>1</sup> Neste trabalho não discutiremos teorias de Estado, todavia, partilhamos da concepção de Poulantzas (2000, p. 134), o qual afirma: “(...), diria que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas (...), como uma **relação**, mais exatamente como a **condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe**, tais como elas se expressam, de maneira sempre específica, no seio do Estado”.

<sup>2</sup> Na perspectiva da pesquisa “sócio-espacial” teríamos duas camadas/níveis de conceitos: o espaço geográfico, um pouco mais amplo e o espaço social (qualificação do espaço geográfico) mais específico e central. E que por sua vez, possui faces internas com diferentes dimensões das relações sociais, das quais surgem os conceitos de “território, lugar, bem como os de organização espacial e produção do espaço”.

essa materialidade, visível no imagético representativo dos Hospitais Universitários, consubstanciada ora pela dita ação REHUF têm, por sua vez, balizas e ou matizes complexas carecedoras de análise para o entendimento de sua conformação no espaço/tempo, na vida social, na era da globalização, no mundo técnico-científico-informacional. Nesse viés é que a pesquisa científica pode ajudar a entender essa ação estatal concreta, numa escala global/local, de um ponto de vista econômico/mercado, sob o ângulo da proteção social/política social, sobrepujando desta feita a visão simplista, linear, do espaço banal e/ou do senso comum.

Neste viés, a noção de território precisa ser reaprendida, propondo-se a noção de pensá-lo em uma articulação em “espiral”, assim, o que importa seria *o uso* do território, neste *metiê* encontra-se uma noção híbrida para ele, conforme podemos verificar no excerto abaixo:

Vivimos con una noción de territorio heredada de la modernidad incompleta y de su legado de conceptos puros, muchas veces prácticamente intangibles atravesando los siglos. Es el uso del territorio, y no el territorio en sí mismo, lo que lo hace objeto de análisis social. Se trata de una forma impura, un híbrido, una noción que, por ello, requiere constante revisión histórica. Lo que tiene de permanente es ser nuestro cuadro de vida. Su entendimiento es, pues, fundamental para alejar el riesgo de alienación, el riesgo de pérdida del sentido de la existencia individual o colectiva, el riesgo de renuncia al futuro. (SANTOS 1994, p. 15 apud SILVEIRA, 2008, p. 2)

Propomos fazer uma síntese apertada, mas que demonstre a correlação da ação REHUF e/ou o seu alinhamento com o viés de Estado (neo)liberalista e/ou (ultra)liberalista, - como alguns autores preferem dizer, – em que se aposta todas as fichas na eficiência do Mercado. O intento é que a dialética percebida sobre a ação REHUF seja explorada numa escala multidimensional, “em espiral”, não-linear, multicultural, interdisciplinar, numa visão sociológica e geográfica, em nível global e local e com cientificidade.

O capitalismo remodela seus ferramentais e neste aspecto, sobre o neoliberalismo, num ideário de desenvolvimento criado, Coriolano e Sampaio, (2012, p. 61) discorrem:

[...] **É a retomada do liberalismo clássico**, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas, de reestruturação do capitalismo com ideias políticas e econômicas **que exigem a não participação do estado na economia, total liberdade de comércio como necessidade para desenvolvimento**. Promove a política de privatizações, circulação livre de empresas e capitais internacionais, entrada de empresas transnacionais, pressão das empresas **diminuindo o poder do Estado, ou seja, pressuposto de que a “mão invisível” controlará o mercado**. Grifos nossos

Salutar destacar a contribuição de Borón (2001) para o debate que nos propusemos a estabelecer. Para esse autor os novos leviatãs (as grandes corporações) e a *pólis* democrática estão envolvidos por uma relação de “assincronicidade”, ou seja há uma incompatibilidade entre os dois, temos por um lado a reestruturação neoliberal em curso em vários países da América Latina, por outro lado instituições democráticas do capitalismo democrático funcionando de forma obsoleta. Para ele esse pequeno conglomerado de gigantes empresas transnacionais cujas – escalas -

planetária – gravitação econômica, social e ideológica – as tornam atores políticos de primeira ordem e promotoras de desequilíbrios nas fracas instituições democráticas das sociedades capitalistas.

Para Borón (2001) existem quatro contradições entre os mercados e a democracia, quais sejam: A democracia pressupõe uma lógica ascendente, partindo de baixo para cima, no caso dos mercados, isso se dá ao contrário; em uma lógica descendente, do topo da pirâmide para baixo. Neste sentido o “demos” é preterido em função da “greve de investimentos”, do “caos do investimento” e corroborada pela própria economia neoclássica a partir do discurso “de liberdade mercantil”.

A democracia é movida por uma lógica “includente”, “incorporativa” e “participativa”, o oposto da lógica do mercado que exclui, nessa fase do desenvolvimento capitalista a participação das mulheres, dos trabalhadores, dos analfabetos, dos imigrantes internos, de certas etnias. Nessa perspectiva outra importante observação do autor é que o capitalismo tenha tolerado “entre os dentes” as iniciativas populares de correlacionar o povo com o “demos”, todavia, isso não repercutiu em efetividade do voto na canalização da vontade popular. Assim, o neoliberalismo com maestria passou a desacreditar a política e o espaço público (BORÓN, 2001), como podemos verificar:

[...] A política é o reino dos faladores, vagabundos, irresponsáveis, mentirosos e corruptos; o público é uma esfera dominada pela ineficiência pela irracionalidade, pela corrupção, e no melhor dos casos, por um ingênuo romantismo que se choca com o egoísmo que modela a vida dos homens e mulheres de carne e osso. [...] BORÓN (2001, pp. 179/180)

Assim, o autor trouxe a dissonância por um lado da democracia enquanto integração de todos em que confere o status de cidadão e o mercado balizado na lógica da competição, da “sobrevivência dos mais aptos”. O mercado é tido como o espaço particular e como prescreve o neoliberalismo é preciso comprar um ingresso para desfrutar dele. Na democracia a participação de um repercute em potencialização nos/para os demais. No mercado o consumo de um significa o não-consumo de outro. (BORÓN, 2001)

Em outra vertente a democracia exige justiça enquanto o mercado objetiva lucro. Numa quarta observação temos que a democracia reconfigurou o papel do Estado para um caráter universal de atendimento de demandas antes consideradas (privadas) – **saúde**, educação, segurança social e entretenimento, a exemplificar exigida no período Keynesiano. Em uma lógica oposta de “perda da cidadania”, o mercado oposto diametralmente busca a “privatização” ou “mercantilização”. Num instante demandas, direitos e necessidades tidos como assuntos públicos são transformados em questões individuais, às quais nada o governos podem fazer. (BORÓN, 2001).

Borón, (2001, p. 185) assim apregoa sobre a relação governos neoliberais e o mercado:

[...] os governos de inspiração neoliberal consideram que nada podem fazer, a não ser criar as condições mais favoráveis para que seja o mercado o encarregado de dar-lhes uma resposta. O “transporte” de critérios de “custo-benefício”, “eficiência” e “racionalidade econômica” da economia para o âmbito da cidadania resulta na recriação de uma nova ordem política assinalada pela desigualdade e pela exclusão próprias dos mercados, e estes como a face na arena até então dominada pelo igualitarismo da política. Se antes a **saúde, a educação ou o mais elementar acesso à água potável** eram direitos consubstanciais para a definição da cidadania, a colonização da política pela economia converteu-se em mercadorias como tantas outras que só podem ser adquiridas por aqueles que podem pagá-las. Grifo nosso.

Nesse viés, essa relação global/local típica do sistema-mundo, e o espaço, sendo como Milton Santos observou “um conjunto indissociável de ações e objetos”, a era da globalização precisa ser refletida, quiçá “por uma outra globalização”, que não nos remeta a um (neo)liberalismo que chega a nos confundir se se trata de um espaço público, de um espaço público gerido por uma empresa pública de cunho mercantil, ou uma espécie de forma de gestão que pode ser sinal de que necessidades, direitos /ou demandas sociais podem estar se tornando “privadas”, a serviço do mercado e do capital/capitalismo nessa metamorfose que é o espaço habitado. (SANTOS, 1996; 1998; 2001)

O problema aqui trazido, na verdade, encontra-se no desafio lançado de ser possível fazer uma análise em “espiral” a partir da relação do Estado com a Política Social/Pública por intermédio do estudo da ação REHUF. É também no sentido de problematizar o direcionamento constituído a partir da propagação do neoliberalismo - e em decorrência à chamada expansão do mercado -, assim, os valores mercantis passaram a ser um consenso e a inclusive participar por intermédio dos *policy makers*<sup>3</sup> da agenda para “melhoria” das políticas sociais/públicas, como soluções em termos de eficiência/reestruturação. A pergunta indagativa/provocativa, talvez seja, “melhoria” para as políticas sociais ou melhoria para quem age através do “mercado”?

A ideia é construirmos pressupostos coordenados sobre forças motrizes que propagam um discurso neoliberalista solucionador dos problemas enfrentados pela Política Social, apregoando que o “mercado” resolveria tudo, já que a administração privada, em tese, seria mais eficiente que a pública, corroborando neste sentido, para se depreciar a visão sobre a disponibilização de serviços via Estado e depositando no “mercado” *status* de salvador. Um tom ideológico parece fazer parte da historicidade da Política Social e que requer tratamento no presente artigo.

A intencionalidade deste texto é também revelar, esse momento, de um Estado Liberal como modelo a ser seguido, esposado na trajetória do Pensamento Político sobre as Políticas Sociais, para coaduná-lo, já na sua concretude, com a ação de governo que carrega tais valores no seu bojo, qual seja o REHUF. Nesse mote holístico de relação do Neoliberalismo com a ação REHUF é que o

---

<sup>3</sup> Definição: Decisores políticos

texto se apresenta, nunca se fechando para incorporações futuras advindas da dinâmica socioespacial, que por sua vez, não é estática e sim *movimento*.

O trabalho, está organizado em algumas etapas, da seguinte maneira a saber: A primeira visa tratar sobre o pensamento em “espiral” a partir da relação do Estado com as Políticas Públicas/Sociais. Na segunda o REHUF é apresentado no texto sob a forma de ação de governo vinculada a perspectiva neoliberal. Nas considerações finais apresentamos algumas perspectivas em torno da Política Social e das Políticas Públicas, tentando fazer uma análise sobre o REHUF, o neoliberalismo, a perspectiva metodológica de se pesquisar “em espiral”, bem como traçar uma possível visão emancipatória a ser pensada.

### **Pensando em um espiral a partir da relação do estado com as políticas públicas/sociais**

A tese que propomos nessa seção é a de que a partir da relação do Estado com as Políticas Sociais podemos ter configurado um espaço de ações e objetos, que é a resultante de um movimento no tempo/espaço, que acaba moldando o que conhecemos como espaço geográfico. A ação REHUF será melhor contextualizada/explorada na segunda seção. Nesse momento vamos nos ater a embasar a hipótese que sustentamos sobre pensar-se de forma não-linear, para trazer para a discussão a “desordem” vigente nos dias atuais, visualizada a partir do pensamento “em espiral” para o estudo do objeto de pesquisa escolhido.

O espiral da pesquisa geográfica, proposto por Guimarães, (2003), nessa perspectiva, é fundamental para se verificar o chamado *desenvolvimento desigual e combinado* e sua escala de atuação no contexto da globalização, em que podemos verificar mais empresas multinacionais fora de seus territórios, todavia, atuando nas periferias dos países subdesenvolvidos, aproveitando-se de sua mão-de-obra, dos seus recursos naturais, do seu mercado consumidor, como bem pontuara nesse sentido Coriolano e Sampaio, (2012, p. 63) sobre essa temática, versando sobre o controle via formas abstratas e indiretas, de viés econômico, provocados pela aliança entre o capital estrangeiro e as elites locais, subscritos por megaprojetos cujos financiadores são o FMI e o Banco Mundial:

A teoria do desenvolvimento **desigual e combinado**, de Trotsky, afirma Lövy (1995, p. 2) “é uma tentativa de explicar essas ‘modificações’ e de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países periféricos ou dominados pelo imperialismo”. Explica a teoria que a pressão das grandes potências econômicas, pela imposição de produtos, culturas e **ideologias**, obriga países “atrasados” economicamente a investirem em setores considerados de emergência, para garantir o crescimento e desenvolvimento interno. Admite-se que a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky explica a realidade dos países subdesenvolvidos, pois como asseveram Mandel (1990); Lövy (1995) e Soja (1993), o “desenvolvimento desigual e combinado entre regiões e nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão de obra pelo capital”. (Grifos Nossos)

O Espiral da pesquisa geográfica propõe que “a Geografia não tem apenas como objeto de estudo a produção do espaço. Também caberia à Geografia a compreensão das articulações escalares envolvidas na produção do espaço” (GUIMARÃES, 2013, p. 14). Nesse sentido, o

REHUF fora direcionado por escalas locais e globais, é preciso portanto lançar esse olhar de escala geográfica e não somente de escala cartográfica - linear. Muito embora não seja explicitamente gestado por uma empresa privada, ao ser administrado por uma empresa pública, a ação REHUF e os Hospitais Universitários Federais apresentam características da administração privada, possibilitando vislumbrar cenários futuros privatistas e o alinhamento a pressupostos de modelos advindos do Mercado para a gestão da *res pública*.

É importante destacar de início dois conceitos para a pesquisa “sócio-espacial” aqui proposta. A ideia de **espaço geográfico** como – “conjunto indissociável de objetos e ações” e a **noção de totalidade**, trazidas por Milton Santos para o pensamento geográfico crítico.

E nesse sentido, o geógrafo asseverou que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.39). O autor dessa maneira propõe o espaço para além da dialética simplória, nestes termos explicitou-nos:

[...] Considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, **trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado**, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da **multiplicidade** e da **diversidade de situações e de processos**. (SANTOS, 2006, p. 40). Grifos Nossos.

Ora, os Hospitais Universitários Federais (HUF's) não podem ser refletidos, somente sobre a ótica interna do país, de forma simplista, elementos relacionados à Política Social e ao conceito do desenvolvimento capitalista são imperativos de ordem global que precisam ser considerados, já que hegemonicamente ditam modelos, ordenam e controlam o território, produzem uma ordem simbólica e cultural. O REHUF, por sua vez, não seria um simples programa, há um ideário por trás que fez com que o governo que o implantou o propusesse como solução, cabendo, portanto, a análise espacial.

Insta ainda nesse ponto inicial destacar os espaços da globalização, definidos por uma *tecnosfera* e uma *psicosfera*, funcionando *indissociavelmente*, como assim prescreveu (Santos), 2006, p. 73:

A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicosfera é a esfera da ação. E **os objetos, naturais ou artificiais, são híbridos** - no sentido proposto por N. Rotenstreich (1985), B. Latour (1991) e A. Gras (1993) - **já que não têm existência real, valorativa, sem as ações**. Assim **cada lugar**, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea, **quanto por sua existência relacional**. De resto, é assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros. Grifos Nossos.

Assim, um determinado Hospital Universitário (HU) é uma materialidade existente em um espaço geográfico configurado pela dinâmica “sócio-espacial” e gestado conforme as ações sobre ele são dispostas, por determinadas *intencionalidades*, mediadas pela relações das frações de classes

e das classes na disputa por poder. Um (HU) está a se relacionar com uma gama de outros lugares. Ele acaba centralizando a função de difusor de formação na área da Saúde, além da disponibilização de assistência à Saúde à uma macrorregião. Assim a população de seu entorno, advindas de municípios menores que não dispõe de sua estrutura os concebem como centros de atendimento de demandas de altas e médias complexidades, representam perante essa área um papel de centralidade.

A categoria da intencionalidade é, uma que, também, pois de destaque, na seara da *indissociabilidade* presente nos objetos/ações, assim explicada por Santos, (2006), p.14:

[...] **a noção de intencionalidade** é fundamental para entender o processo pelo qual **ação e objetos se confundem, através do movimento permanente de dissolução e de recriação do sentido. A produção e reprodução desse híbrido**, que é o espaço, com a sucessão interminável de formas-conteúdo, é o traço dinâmico central da sua ontologia. [...] Grifos Nossos.

Convém, portanto, nesse momento, avançarmos e seguindo o que asseverou (Santos), 2006, p. 73: “cabe, ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, mas indispensável que o faça a partir de sua própria província do saber, isto é, de um aspecto da realidade global”. Assim, para ele deve-se partir da “construção de uma filosofia menor, isto é, uma *metageografia* que ofereça um sistema de conceitos capaz de reproduzir, na inteligência, **as situações reais enxergadas do ponto de vista dessa província do saber**”. (SANTOS, 2006. p.73)

Correlato ao sobredito, a nossa dissertação em desenvolvimento, diz respeito a essa *necessidade real* visualizada no imagético hospitalar, ou melhor no nosso fenômeno geográfico, que a pesquisa empírica visa dissertar, qual seja: Hospitais Universitários Federais que no contexto de crise, consoante à precarização de sua mão-de-obra, são obrigados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a buscar resolutividade para essa precarização. Numa espécie de *start* em 2010 surge a normatização balizadora do REHUF, o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que o cria (BRASIL, 2010a). Assim se torna fundamental discorrer sobre a *intencionalidade* dessa criação e que em sequência têm-se como ato/ação a delegação de incumbência à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – (EBSERH), também outrora criada, da função de ser a gestora do REHUF, alinhada a um *modus* de gestão coadunado com o Mercado. Dito, isso, o fenômeno precisa de uma pesquisa que abarque a Totalidade que permitiu a existência de *partes* (Hospitais Universitários reestruturados) e que se relacionem com esta Totalidade, logo uma análise linear não será suficiente, por sua vez, uma holística faz-se necessária.

Face desse modo, salutar, a pesquisa a partir de um olhar geográfico no tocante a compreender o processo de inserção de um Hospital Universitário no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Tais nosocômios presentes na maioria dos estados federados e vinculados às Universidades Federais (Instituições jurídicas de Direito Público) são parte de uma relação local/global, um sistema-mundo, uma historicidade da Política Social no

contexto do desenvolvimento capitalista – (que deixa para os países latinos lugar periférico para alavancar ainda mais o papel central dos países desenvolvidos). Esse olhar holístico se torna imperativo para se pensar uma outra globalização, menos perversa, em prol de um capitalismo produtivo; menos especulativo, com maior equidade, com bem-estar, em busca de universalidade e não individualidade. (SANTOS, 2006; QUIJANO, 2005; O’ DONNELL, 1999. BORÓN, 2001; DOWBOR, 2017)

Seguindo esse raciocínio para se aproveitar da noção de totalidade no sentido de categoria analítica e contribuir para a construção de uma epistemologia do espaço geográfico (Santos), 2006. p. 73, propõe um caminho, qual seja:

[...] partir da totalidade concreta **como ela se apresenta neste período de globalização** - uma totalidade empírica - para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável.

A noção de totalidade advinda da filosofia clássica constitui-se portanto um legado para o conhecimento e análise da realidade concreta. Assim, a unidade seria formada pelas coisas do Universo. Nesse sentido cada determinada coisa nada mais seria “que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2006, p. 74). Nesse diapasão o “todo é maior que a soma das partes” (SANTOS, 2006, p. 74). O Neoliberalismo é um Totalidade disseminada no mundo que lança tentáculos em várias partes deste. Importante portanto partir dessa Totalidade para a análise de cada Hospital Universitário. Insta ainda consubstanciar a trajetória da Política Social e como o conflito de classes ao decorrer da História propiciou avanços e retrocessos no campo da proteção social e no sentido de seu surgimento a partir de propositura de que o Estado devia ser incumbido desta função.

Problematizando nosso objeto de pesquisa, ou nosso fenômeno geográfico, à luz do que já apresentamos sobre a categoria totalidade destaque-se ainda que a Política Social fora remodelada pela sociedade consoante às épocas, a exemplificar vamos nos remeter ao período do pós Segunda-Guerra Mundial: em face à crise vivida fora suscitada à necessidade de intervenção do Estado para a garantia de pleno emprego através de medidas keynesianas, ou seja, o próprio capitalismo se viu obrigado a se reconfigurar para continuar otimizando o seu modo de produção. Na Inglaterra houve um período que fora preciso ajudar os pobres, porque sem um mínimo de subsistência não se poderia formar um exército que fosse altivo para lutar. (PEREIRA, 2008)

Esse exame que a totalidade permite fazer é o grande *plus* para a pesquisa “sócio-espacial”. Assim no contexto neoliberal atual a proposição de Estado Mínimo vigora, então os direitos públicos que foram de fato transformados em públicos a duras penas, acabam por se tornarem nesse

cenário mais tendentes a se tornarem direitos privados e/ou tais espaços públicos possíveis de serem entregues à gestão privada. Nesse sentido, é explícito um alinhamento a uma sociedade “perfeita” para o mercado.

Entendemos que pesquisar um determinado Hospital Universitário pressupõe estudar uma parte, nesse viés, como afirma Santos, (2006, p. 444): “o conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento”.

Assim, como Santos, (2006, p. 76) esclarece, “a flecha do tempo somente se dá por intermédio de totalizações permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço”. Pesquisar o REHUF é estudar a realidade, é entender como essa ambiência hospitalar se organizou e tende a se organizar no espaço geográfico. “A atualidade deve ser vista como realização do interesse objetivo do todo, através de fins particulares”. (SANTOS, 2006, p.78). Não perdendo a linha de relação que existe, podemos recordar, do ensinamento de Santos, (2006, p. 231) que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Assim, o próprio constructo de lugar de “periferia” para a América Latina reflete uma “razão” global produzida para um determinado país ser o local de uma dada função, pois, o local não reflete só os valores locais, mas os globais também se fazem presentes. O capitalismo precisava/precisa dessa “periferia” produzida para continuar a prosperar para uma minoria que detêm os meios de produção, que especulam o Capital.

Em “O século XX: Uma biografia não autorizada”, de Emir Sader (2000) o conjunto indissociável de ações e objetos se apresenta no século XXI, ou seja, o século XX não alcançou ,o dito progresso prometido, no séc. XXI, assim, saímos de um período escravocrata para se entrar em outro em que a liberdade não se torna figura na essência, que valores patriarcais permanecem vivos, e valores sociais são transvalorizados, o que enxergamos é uma herança discriminatória contra os negros presente nas relações sociais do séc. XXI, bem como elites continuando a mandar através dos ditos eleitos por uma “maioria” que delega a eles e a um “salvador” a missão de ser o salvador. Há uma necessidade premente da chamada segunda evolução em que as democracias delegativas precisam transformarem-se em democracia representativas consolidadas. (O’ DONNELL, 1999)

Talvez o grande dilema a ser superado seja no sentido de se combater o que María Laura (2008) intitulou como o “Uso corporativo do território: o reino de uma solidariedade organizacional”. Assim as grandes empresas, grandes corporações, os novos leviatãs - se utilizam de sua relação com o Estado para controlar o território. A busca de um uso mais solidário do

território pressupõe-se retomar a governança para o povo. É preciso modificar a situação atual em que 1% da população mundial controla 99% da riqueza do mundo. Assim o problema não seria financeiro, mas relacionado à sua concentração e ou/função especulativa e não produtiva (DOWBOR, 2017).

A trajetória da Política Social é contextualizada por Pereira (2008) que assevera que ela é maior que a experiência do *Welfare State*, considerada esta por ela, amparada em Misrha, decorrente das políticas *Keynesianas* no pós Segunda Guerra Mundial. Assim para ela a Política Social não se confunde com a experiência do *Welfare State* e sim a ela antecede e sucede. A história revela que conquistas sociais desde 1880, como seguro social, fazem parte da Política Social, e que mesmo no período do fascismo o Estado foi obrigado a ceder.

A trajetória também demonstrou que a lutas das classes sociais possibilitaram que mesmo se estando a serviço da reprodução capitalista, esta só pode acontecer e ser legitimada, a partir de que o Estado chama para si a responsabilidade pelo Bem-Estar das pessoas concernente a pressão que a população gera. Assim, as conquistas no campo da Política Social não se dão de uma hora para outra, mas a longo prazo. (PEREIRA, 2008)

Pesquisas sobre ações como o REHUF, que estão alinhadas aos pressupostos neoliberais, poderão tornar visíveis os impactos gerados no espaço e na sociedade dos seus efeitos. E conforme tais resultados, balizar a luta social. É precisar medir os desempenho, a eficácia e a efetividade das ações dos governos.

Um outro fator que consideramos pertinente é conforme Draibe (2006) propõe quando analisa o Estado de Bem-Estar no contexto da cidadania. Em outras palavras para se pensar a Política Social e/ou o Bem-Estar é preciso levar-se em conta três eixos analíticos, sobre o Estado de Bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania, com base na literatura contemporânea, quais sejam: a análise integrada da economia e da política social; a análise histórica comparada dos estados e regimes de bem-estar e as dimensões de família e gênero na estruturação dos tipos de *Welfares States*. Somente partindo desse eixo a proteção social poderia ser pesquisada e também tornar-se socialmente mais inclusiva e menos experimentadora de processos de “*retrechment*” próprios da gestão neoliberal. (DRAIBE, 2006). Corrobora para a percepção que existem vários países e vários tipos de bem-estar, não somente um, universal, - mas, vários numa espécie de multiculturalidade, uma multidimensão - da sociedade que não é estática e se movimenta no tempo/espaço em um ritmo em espiral. E, por isso a sociabilidade e as categorias geográficas precisam atuar como reemergências, conforme explicitou-nos:

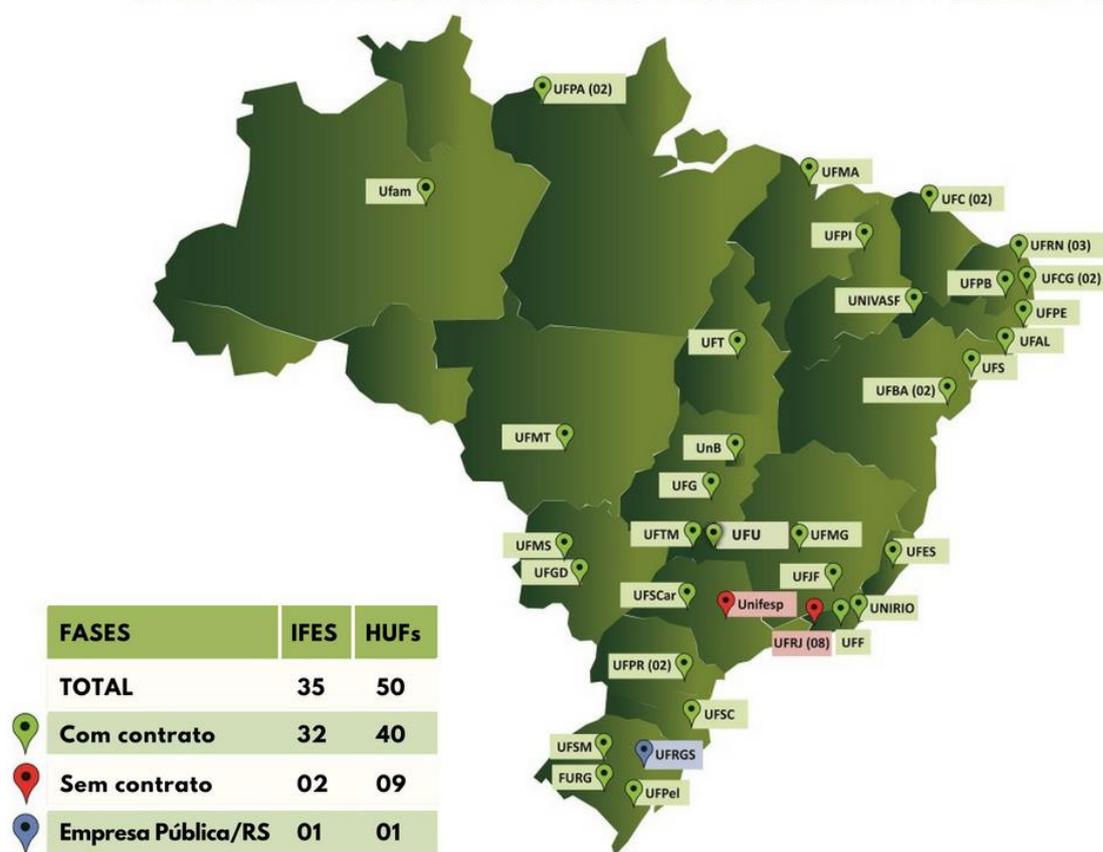
[..] nunca a relação territorial das classes e grupos sociais foi tão **atravessada de tensão** como agora. As **grandes corporações de empresas** — beneficiadas pela política de reestruturação que privatiza e eimina as fronteiras regionais e nacionais dos Estados, privatizando com isso a administração dos espaços (Moreira, 2004a e 2006b) —

avançam sobre o território e o saber tradicional das comunidades que vivem ainda na lógica dos antigos modos e gêneros de vida, tensionando suas territorialidades. (MOREIRA, 2009, p. 184)

Parece trazer para o debate epistemológico a necessidade da Geografia/Geógrafo produzir um olhar geográfico mais holístico, afinado com um tipo de mundo atual e não com um esgotado na história humana. Assim, será esboçado no caso concreto, a ação de governo REHUF, numa perspectiva neoliberal, disseminada no campo da Política Social, para entender esse caminho determinado como um de ritmo linear a ser seguido no campo do fazer das ações/políticas públicas.

### O (r)EHUF): compreendendo-o a partir da correlação com o (neo) liberalismo

## IFES COM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS



**Figura 01 – IFES COM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS** - Fonte: site da EBSEH. <Disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/apresentacao1>> acessado em 04/07/2018.

A figura 01 ilustra de forma explícita como os hospitais universitários federais se fazem presentes na maioria das Unidades da Federação e que em (2018) de um total de 50 hospitais 40 possuem contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, portanto são “cogestados” por essa empresa pública e pela Universidade de vinculação. Com esse montante de hospitais existentes no Brasil se torna salutar pesquisar o que o Programa Nacional de

Reestruturação dos Hospitais Universitários representa no atendimento de média e alta complexidade no contexto do Sistema Único de Saúde. (EBSERH, 2018)

O Decreto nº 7.802, de 27 de janeiro de 2010<sup>4</sup> foi o normativo que instituiu o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, e que dispôs sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplinou o regime da pactuação global com esses hospitais. (BRASIL, 2010a). Ou seja, temos adscrito um normativo e/ou uma “ossatura material” do bloco no poder, numa referência à concepção de Estado de Poulantzas (1980).

Para entendermos a inserção do REHUF na política de saúde brasileira faz-se necessário verificar o arcabouço legal normatizador dessa intencionalidade.

A lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990<sup>5</sup>, ao dispor sobre as bases para promover, proteger, recuperar a saúde e organizar os serviços correspondentes, regula conforme exarado em sua disposição preliminar, no art. 1º que serão “em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou *Privado*”. (BRASIL, 1990).

Esse normativo está de acordo com a Constituição de 1988<sup>6</sup>, que elencou a saúde como “direito fundamental” do ser humano e “universal”, bem como que o Estado tem o “dever” de promover as condições indispensáveis para o seu “pleno” exercício, o que pode ser verificado pelo seguinte excerto extraído de tal lei (BRASIL, 1988) em seu Art. 2º, § 1º:

“O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”. (...)

No que diz respeito aos hospitais Universitários (HUs), essa lei ordinária supra referenciada traz em suas, disposições finais e transitórias, elementos que ajudam a compreender sua inserção no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) como vemos no Art. 45, (BRASIL, 1990):

Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, **preservada a sua autonomia** administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados.” (...). Grifos Nossos.

---

<sup>4</sup> BRASIL. Presidência da República. Câmara dos Deputados. Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010. Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm)>. Acessado em 20 de nov. de 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)>. Acessado em 20 de nov. de 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 29 de junho de 2017.

No *web site* da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) <sup>7</sup>, o *Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários* (REHUF) nos é apresentado fazendo-se menção a seu “Decreto” de criação, qual seja, o Decreto nº 7.802, de 27 de janeiro de 2010,<sup>8</sup> que: “Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – (REHUF), dispõe sobre o **financiamento compartilhado** dos hospitais universitários federais **entre as áreas da educação e da saúde** e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais.” (EBSERH, 2018; BRASIL, 2010a)

Como observaram, (Sodré et al, p. 371, 2013), no tocante ao financiamento dos hospitais de ensino, fora estipulado “a partilha igualitária entre Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS) nas despesas dos HUFs<sup>9</sup>, em que a Saúde e a Educação necessitam de uma programação orçamentária para cumprir as parcelas cabíveis respectivamente”. Os autores afirmam que há nesta partilha a intencionalidade do MEC de redução de sua participação no orçamento dos (HUFs) e de ampliação da receita do (MS), subjazendo, assim o governo se esquivando das despesas na área da Saúde e da Educação consideradas dispendiosas por demais por ele. (SODRÉ et al, 2013)

Outro importante contexto a ser observado é a criação/implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH em que o debate das conquistas vinculadas ao Sistema único de Saúde, a partir de se vivenciar períodos de crise tem-se em tal empresa uma espécie de solução gerencial proposta.

Fernandes (2017) asseverou que o (SUS) surgiu e consolidou-se num espaço de profundas contradições. Assim, tinha-se o reconhecimento do direito à saúde sintetizado, todavia, ocorrido num contexto em que o neoliberalismo impunha limites às recentes conquistas da classe trabalhadora, que foram conquistados historicamente, de forma lenta, e com grandes dificuldades em sua concretização, sinalizadas desde a inscrição na Constituição. Ela elenca que ao propagar as privatizações e o processo de mercantilização da vida, como estratégias do direcionamento/ideário neoliberal, se evidencia a frenagem imediata ao projeto de reforma sanitária que além dessas, encontrariam outras barreiras para sua efetivação.

Explica ainda a hierarquização dos hospitalares universitários consoante previsão no sistema público de saúde, que além de destinados a cobrir com prioridade, os níveis de média e alta complexidade, caracterizam-se “pela dimensão de hospital-escola, espaço destacado na formação de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/apresentacao>>. Acessado em: 10 de jan. 2018.

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm)> acessado em 20 de nov. de 2017.

<sup>9</sup> O decreto estipulou a progressão dos percentuais de cada ministério envolvido, até que em 2012 ambos contribuam de forma igual. Para fins de financiamento serão considerados despesas dos HUFs o montante das despesas correntes alocadas para esses hospitais, bem como as custas para sua reestruturação e modernização, excluindo-se deste montante as despesas com inativos e aposentados (Brasil, 2010)

recursos humanos na área da saúde fundado na integração de ensino, pesquisa, extensão e atendimento à população.” (FERNANDES, 2017, p. 100). Os hospitais universitários ligados às Instituições Federais de Ensino Superior - (IFES) e reconhecidos pela excelência, enfrentaram, desde sua gênese e em proporções variadas a crise a qual o SUS foi submetido nas três décadas de sua existência. (FERNANDES, 2017)

A ferramenta que o Governo concebeu para o “enfrentamento” a conjuntura ora abordada foi à instituição do (REHUF) através do Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010. Salutar reiterarmos a sua finalidade, que de acordo com o art. 2º, consubstancia-se em: “criar condições materiais e institucionais para que os hospitais universitários federais possam desempenhar *plenamente* suas funções”. A intervenção prescrita no decreto tinha foco em: investir em infraestrutura, equipamentos e atividades-fim das instituições; reestruturar o quadro de profissionais; estabelecer mecanismos adequados de financiamento compartilhados entre os ministérios da Saúde e da Educação; e *modernizar a gestão* (BRASIL, 2010a; FERNANDES, 2017). Inspirado em documento do **Banco Mundial de 2007**<sup>10</sup> como “receita de bolo para o sucesso”, além de ser seu financiador. (FERNANDES, 2017).

Contribui para a verificação sobre o pôr que da implementação do REHUF, Oliveira (2014) quando disserta sobre o (REHUF) elencando que acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), principalmente os de 2006, 2008 e 2009, apontaram “*a necessidade de reestruturação dos Hospitais Universitários Federais.*” (BRASIL, 2006; 2007; 2008; 2009 apud OLIVEIRA, 2014, p. 116).

Desse modo, dois antecedentes relevantes para a implantação da *Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares* foram os *Acórdãos do TCU e o REHUF*, o que por sua vez, torna-se importante entendê-los sob um viés *relacional*.

O (TCU) em 2009 elaborou o Acórdão nº 2.813 de 2009, o qual discutira a necessidade de construção de um modelo institucional para atendimento e suporte às necessidades dos hospitais universitários ou até modificar-se a estrutura dos HU’s (BRASIL, 2009 apud OLIVEIRA, 2014). Assim, surgira à proposta pensando os HU’s como unidades gestoras plenas, com alguns parâmetros apresentados no acórdão, considerados pertinentes conforme destaque de (BRASIL, 2009 apud OLIVEIRA, 2014, p. 114), quais sejam:

- a) agrupamento de hospitais vinculados à mesma instituição federal, com criação de complexos hospitalares com administração única; (b) definição de metas, de indicadores e de atribuições de responsabilidades por resultados; (d) gestão dos recursos pelo próprio hospital, excluindo a transferências dos mesmos para as fundações de apoio; (e) previsão de mecanismos de avaliação periódica, incluindo pesquisas de satisfação e com a divulgação dos resultados obtidos; (f) implantação da ideia de *benchmarking* entre os hospitais universitários; (g) inclusão da necessidade de criação de metas anuais para elaboração de protocolos clínicos com base em evidências

---

<sup>10</sup>

Disponível em:<<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186326902607/19GovernancaSUSport.pdf>> acesso em 17 de fevereiro de 2018.

e que levem em conta o custo/efetividade dos procedimentos, tratamentos e medicamentos propostos; (h) fixação de parâmetros mínimos de produtividade para realização de consultas ambulatoriais e de outros procedimentos considerados convenientes; (i) implantação de mecanismos de responsabilização de servidores dos HUs por resultado; (j) verificação da legalidade do aumento de terceirizados nos Hospitais Universitários; (k) aplicação da Emenda Constitucional nº 19/1998 como relevante para a questão de pessoal nos HUs que precisam ser dotados de quadro de pessoal próprio e de plano de carreira de servidores compatível com as peculiaridades das atividades de assistência à saúde. (BRASIL, 2009 apud OLIVEIRA, 2014, p.114)

Oliveira (2014) infere que com acórdão de 2009 o (TCU) mostrou-se alinhado com pressupostos da reforma gerencial explicitados por intermédio: dos planos de metas, da busca por resultados com a máxima eficiência, do *benchmarking*, da responsabilização dos servidores, da mão de obra terceirizada e da EC nº 19, no sentido de colocá-la em prática para reestruturar os HUs.

### Considerações finais

Pensar o espaço geográfico de uma forma em “espiral”, é estudá-lo, é refleti-lo, com base em uma metodologia que o considera indissociável no tocante a ações e objetos, que o atravessam e que a cada segundo o transforma, pelo movimento, dessa categoria geográfica, não estática. Assim, a Política Social e a Política Pública não são ações inertes lançadas, elas fazem parte de todo um movimento global e globalizante ao mesmo tempo, que acompanha o desenvolvimento da sociedade e de seus modos de produção.

Partindo do refletir, pressupondo a questão dessa indissociabilidade, permiti-nos pesquisar utilizando-se o conceito de Totalidade. No caso de um Hospital Universitário inserido no contexto do REHUF podemos analisá-lo como uma materialidade, ou um objeto social, localizado não somente numa cartografia linear, mas em uma geográfica, representando papel central na disponibilização/organização de serviços da Saúde, fazendo com que vários outros municípios ao redor, bem como distritos rurais o busque para a referência em Saúde. É também um lugar que possui História, historicidade, que pelo fato de ter-se precisado reestruturá-lo traz para o debate a necessidade de se verificar a motivação dessa ação, que não é ingênua, mas orientada por um percurso no trato da Saúde Pública (disputado por classes e frações de classes na disputa por poder), esta configurada e reconfigurada conforme às sociedades dominantes, as disputas de classes e seus “desenvolvimentos”.

O desafio é captar essa Totalidade constituída no espaço concreto - atual, que tem um modelo de “desenvolvimento” proposto como “universal” – por intermédio da pesquisa numa espécie de *metageografia* e revelar como a ciência, ou melhor como a Geografia, pode olhar para essa articulação escalar proposta. Nesse sentido o método de uma Geografia em espiral estará implementado.

O REHUF representa uma ação estatal, no campo das ditas “ações de governo”, propostas como políticas públicas para resolver problemas na disponibilização plena de oferta de serviços pelos Hospitais Universitários. A perspectiva de melhoria advinda do REHUF é no sentido de otimizar a gestão, com melhoria no aporte de pessoal, em infraestrutura e tecnologia. O que a pesquisa empírica em cada nosocômio universitário poderá resultar é na descoberta de que se tal ação datada do ano de 2010 alcançou de fato alcançou índices de eficiência, eficácia, efetividade no contexto da oferta de serviços, considerando seu viés de implementação vinculado a gestão via empresa pública (EBSERH), ou produziu outras situações de precarização no contexto da universidade do SUS.

Tais resultados poderão ser salutareos para balizar a luta social para a Política Social. Neste sentido o presente artigo constitui um pressuposto metodológico para o realizar da pesquisa em voga. A política social precisa ter orientação que a vincule a recuperar a governança do povo para uma maior equidade e assim a pesquisa geográfica “contra o simples, o banal e o doutrinário” como proposta por Paulo C. C. Gomes (2009) contribuirá com um olhar geográfico nesse diapasão em prol de uma emancipação possível.

Pesquisas sobre ações como o REHUF, ações ora que estão alinhadas aos pressupostos neoliberais, poderão tornar visíveis os impactos gerados no espaço e na sociedade dos seus efeitos. E conforme tais resultados, encaminhar a luta social. É preciso medir o desempenho, a eficácia e a efetividade das intervenções estatais.

A Lei dos Pobres (Poor Law) se caracterizava não pelo caráter protetivo e sim pelo seu lado punitivo e restritivo aos trabalhadores, que associada à Lei de Domicílio (Act of Settlement), restringia a mobilidade espacial dos desvalidos, e impediam que os mesmos migrassem para regiões com maiores possibilidades de desenvolvimento, à vagabundagem e à mendicância eram severamente castigadas. (HENIG, 2018, pp. 325/326)

Um olhar geográfico sobre a Política Social visa ler se *Poor Laws* novas estão existindo no contexto do território, tornando pessoas invisíveis, restringindo mobilidades e possibilidades de desenvolvimento. Que tipos de desenvolvimento estão a promover? – na América Latina? – teóricos cepalinos representaram uma nova forma de ler a região – em contraponto ao pensamento hegemônico ocidental.

A busca de uma epistemologia geográfica que vincule a pesquisa geográfica no revelar de ações que de fato modificam o território em termos de uma solidariedade comunitária, com menos (*pajcha*) é um caminho que pode guiar as trilhas da Política Social. Talvez, seja essa a *emoção* que falta-nos, da busca por uma melhor Política Social, de se mudar essa racionalidade a qual o espaço está envolto.

## Referências

BARROS, R. T. de. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: uma análise sobre sua gestão no contexto institucional do Hospital das Clínicas da UFPE**. 2014. 157f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão Pública). Programa de Mestrado profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, PE, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 29 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)>. Acessado em 20 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Superior. **Diretoria de Hospitais Universitários e Residências em Saúde**. Decreto n.º 7.082, de 27 de janeiro de 2010. Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF). Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm)>. Acessado em 20 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória n.º 520, de 31 de dezembro de 2010. **Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH** e dá outras providências. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 12.550, de 15 de dezembro de 2011. **Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.**, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Subchefia de Assuntos Parlamentares. **Exposição de Motivos**. EM Interministerial nº 00127/2011/MP/MEC. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/ExpMotiv/EMI/2011/127-MP%20MEC.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/ExpMotiv/EMI/2011/127-MP%20MEC.htm)> acesso em 12 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2011. **Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.**

BANCO MUNDIAL. **Governança no Sistema único de Saúde (SUS) do Brasil: Melhorando a Qualidade do Gasto Público e Gestão de Recursos**. February. 2007. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/RESOURCES/3817166-1185895645304/4044168-1186326902607/19GovernancaSUSport.pdf>> acessado em 12 de jan. de 2018.

BORÓN, A. **A coruja de minerva: Mercado contra democracia**, Petrópolis, Fases, 2001.

CALDERÓN, Fernando. **La construcción social de los derechos y la cuestión del desarrollo**. In \_\_\_\_\_ *Navegar contra el viento... O las perspectivas de América Latina en la era de la información* (2016). Cidade Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. (pp. 49-74)

CARDIAL, A. M. D. do. **Novas determinações do capital na saúde brasileira: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em questão**. 2013. 177f. Dissertação. (Mestrado em Serviço

- Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- CATÃO, R.C.; REOLON, C. A. e MIYAZAKI, V.K. “Interações espaciais: uma reflexão temática” In: **CAMINHOS DE GEOGRAFIA** - revista on line. Uberlândia v. 11, n. 35 Set/2010 p. 231 - 239 Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>.
- CHEPTULIN, A. **A Dialética Materialista – Categorias e Leis da Dialética**. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/08.pdf> > acesso em 11 de fevereiro de 2018.
- CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública: provas e concursos**. 4. Ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2016.
- Contrato de adesão da UFGD à gestão da EBSEH**. Disponível em: [http://www.ebserh.gov.br/documents/15796/101632/contrato\\_hu\\_ufgd.pdf/e2509eaa-5d00-405f-860b-94e18a9a60f5](http://www.ebserh.gov.br/documents/15796/101632/contrato_hu_ufgd.pdf/e2509eaa-5d00-405f-860b-94e18a9a60f5) > acesso em: 12 de outubro de 2017.
- CORIOLOANO, L. N., e SAMPAIO, C. A. C. **Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução**. In BRASILEIRO, M. D. S., MEDINA, J. C. C., e CORIOLOANO, L. N., orgs. *Turismo, cultura e desenvolvimento* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 49-73.
- DRAIBE, S. M. **Estado de Bem- Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. 2006. In: HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M.
- CORRÊA, R. L. “Processos, formas e interações espaciais” In: Revista Brasileira de Geografia. v. 61, n. 1, jan./jun. 2016, p.127-134.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. “**Neoliberalismo e subjetivação capitalista**” In: Revista O Olho da História. nº 22, abril de 2016, SP. Artigo publicado em *Revue Cités*, nº 41, 2010. Tradução de Eleutério F. S. Prado.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Editora Outras Palavras & Autonomia Universitária, 2017.
- FERNANDES, R. B. **Da conquista ao desmonte: Um estudo de caso sobre os (des)caminhos da política de saúde em tempos de EBSEH**. 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
- HENIG, E. V. **Políticas Sociais, Estado e Reforma Agrária Pós-Constituição de 1988**. Revista Videre, Dourados, MS, v.10, n.19, jan./jun. 2018, p. 323-349
- JÚNIOR, O.B. de. “**As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos**” In: Revista do Serviço Público. Nº 2, abr./jun. 1998, p. 5 - 32. Disponível em [http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/98-LimaJunior,OBde49\(2\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/98-LimaJunior,OBde49(2).pdf) > Acesso em abril de 2018.
- Mendonça, F. de A.; Lowen-Sahr, C. L.; Silva, M. da (Orgs.) Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. In: \_\_\_\_\_ GOMES, P. C. C. **Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário**. Curitiba: Ademadan, 2009.
- MELO, J. G. (Org.) Espiral do Espaço. In: \_\_\_\_\_ GUIMARÃES, R. B. **Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica**. Presidente Prudente. Gráfica e editora Impress. UNESP, 2003, pp.7-22.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico**. Por uma epistemologia crítica. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2009.

- QUIJANO, A. **Dom quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, nº 19, 2005.
- O'DONNELL, Guilherme. **Democracia delegativa?** Revista Novos estudos. nº 31 – out/1999 - CEBRAP, (pp. 25 -40).
- PEREIRA, P. A. P. **Trajatória da Política Social**. Temas & Questões. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 1980, 3º ed. Rio de Janeiro – RJ. Brasil. Trad. Rita Lima.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVEIRA, M. L. **Globalización y territorio usado: imperativos y solidariedades**. Cuadernos Del Cendes. Nº 19. Tercera Época, septiembre./diciembre, 2008.
- SADER, E. **Século XX: Uma biografia não-autorizada**, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 6ª ed. 2006
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 6ª ed. 2001.
- SODRÉ, F.; LITTIKE, D.; DRAGO, L. M. B. e PERIM, M. C. M. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: um novo modelo de gestão?** Serv. Soc., São Paulo, n. 114, p. 365 – 380, abr./jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282013000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000200009)> acesso em 12 de fevereiro de 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013.
- TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.
- TRISTÃO, F. S. **Reestruturação dos hospitais universitários federais: estratégia de governamentalidade**. 2016.362f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Faculdade de Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/pgenfermagem/files/2017/03/TESE-Fernanda-SantAna-Trist%C3%A3o.pdf>> Acesso em 16 de outubro de 2017.